- hh) Excluir os candidatos nos respectivos procedimentos de admissão para ingresso nas carreiras de oficial de justiça e nos cursos de habilitação;
- ii) Autorizar as requisições para a frequência da fase de formação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça;
- jj) Admitir eventuais, autorizar a prorrogação da eventualidade ou determinar a cessação;
- kk) Celebrar, prorrogar, renovar e rescindir contratos de pessoal, praticando os actos resultantes da caducidade ou renovação dos mesmos;
- ll) Praticar, nos termos do Decreto-Lei n.º 307/94, de 21 de Dezembro, quanto aos bens móveis da DGAJ, excepto os que sejam de informática, todos os actos referentes à disponibilização, destruição, remoção, alienação e abate ao inventário.

1.2 — Competências subdelegadas (despacho de 30 de Maio de 2005 do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça):

- a) Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços, até ao limite de € 200 000, aprovando as minutas e outorgando os respectivos contratos, no âmbito das competências dos serviços referidos na alínea a) do número anterior, dentro do montante referido;
- b) Autorizar despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, no âmbito das competências dos serviços referidos na alínea a) do número anterior, até ao limite de € 1 000 000;
- c) Aprovar a escolha prévia do tipo de procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 79.º e do n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 200 000.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de Maio de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos praticados pelo Dr. João Manuel Calado de Jesus Cabrita no âmbito das competências referidas nos números anteriores até à data da sua publicação.

3 de Junho de 2005. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 13 986/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Fevereiro de 2005, no exercício de competência delegada:

Lídia Maria Cunha Araújo Machado, assistente administrativa especialista, escalão 4, índice 316, do quadro de pessoal da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da Região Autónoma dos Açores, requisitada nesta Direcção-Geral desde 24 de Outubro de 2000 — transferida com o mesmo escalão e índice para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 1 de Março de 2005.

27 de Maio de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho n.º 13 987/2005 (2.ª série). — 1 — Tendo a arquitecta Maria Manuela Tabor da Pinheiro Fazenda solicitado a cessação de funções e considerando a necessidade de assegurar o regular funcionamento do Gabinete de Apoio Técnico de Torres Novas, designo o arquitecto Vítor Manuel Tavares Gomes Santana para exercer as funções de coordenação do mesmo Gabinete.

2 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º a 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego no arquitecto Vítor Manuel Tavares Gomes Santana as seguintes competências:

- a) Assinar a correspondência necessária à instrução dos processos da unidade orgânica que passa a coordenar;
- b) Autorizar deslocações em serviço em território nacional dos funcionários da respectiva unidade orgânica.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do próximo dia 16 de Junho.

6 de Junho de 2005. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira*.

Instituto da Água

Rectificação n.º 1085/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 12 772/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 8 de Junho de 2005, a p. 8645, rectifica-se que onde se lê «Paula Santos Faria Peres de Almeida» deve ler-se «Ana Paula dos Santos Faria Peres de Almeida».

9 de Junho de 2005. — O Presidente, *Orlando Borges*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Louvor n.º 1247/2005. — Passou à situação de aposentação, após 40 anos de serviço, o auxiliar administrativo António Ferreira da Silva. Durante este longo período de dedicação à causa pública o auxiliar administrativo sempre demonstrou um sentido inequívoco de profissionalismo, que, aliado à sua competência e às relações humanas que soube manter, é bem merecedor de público elogio.

Tal desempenho foi um privilégio para todos aqueles que com ele privaram, que sem dúvida motivou um sentimento comum de elevada consideração e estima.

6 de Junho de 2005. — O Chefe de Gabinete, *João Correia Neves*.

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Despacho (extracto) n.º 13 988/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 23 de Maio de 2005:

Licenciada Rita Maria Fonseca Dias Duarte Dá Mesquita — nomeada para exercer funções de assessora do Gabinete do Secretário de Estado do Turismo, pelo período de um ano, renovado automaticamente por iguais períodos de tempo, salvo comunicação em contrário. O despacho produz efeitos a 23 de Maio de 2005.

2 de Junho de 2005. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

Despacho n.º 13 989/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Execução do Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR), aprovado pela Portaria n.º 59/2005, de 21 de Janeiro, a apresentação de candidaturas àquele Sistema de Incentivos é efectuada por fases, cujos períodos, zonas de modulação regional, NUT abrangidas e dotações orçamentais são fixados pelo Ministro do Turismo.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Execução do SIVETUR, aprovado pela Portaria n.º 59/2005, de 21 de Janeiro, determino o seguinte:

1 — A 1.ª fase de apresentação de candidaturas ao Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica, cujo regulamento se encontra aprovado pela Portaria n.º 59/2005, de 21 de Janeiro, tem início na data da entrada em vigor do presente despacho e decorrerá durante 90 dias consecutivos.

2 — Não são admitidos à fase que ora se inicia os projectos localizados na Região de Lisboa e Vale do Tejo.

3 — A dotação orçamental para as candidaturas a apresentar nesta fase é de 30 milhões de euros, dividida da seguinte forma:

- a) 11 milhões de euros para os projectos de investimento enquadráveis na alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento de Execução do SIVETUR;
- b) 1 milhão de euros para os projectos de investimento enquadráveis na alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento de Execução do SIVETUR;
- c) 5 milhões de euros para os projectos de investimento enquadráveis na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento de Execução do SIVETUR;
- d) 13 milhões de euros para os projectos de investimento enquadráveis na alínea d) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento de Execução do SIVETUR.

4 — O presente despacho entra em vigor no dia imediatamente seguinte ao da sua publicação.

2 de Junho de 2005. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.